

2º Dossiê Censura EBC – Inciso VIII

GT Censura:

Comissão de Empregados da EBC
Sindicatos dos Jornalistas DF, Rio e SP
Sindicatos dos Radialistas DF, RJ e SP
Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)

Setembro de 2020

Sob o governo Bolsonaro, trabalhadores da EBC contabilizam 138 denúncias de censura e governismo na cobertura.

Trabalhadores lançam segundo dossiê com levantamento de casos em todos os veículos e agências da empresa de comunicação pública.

INTRODUÇÃO

Com o aprofundamento da censura no governo Jair Bolsonaro e do uso para propaganda do governo que vem sendo feito nos veículos, agências e mídias da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que deveriam fazer comunicação pública, lançamos esta segunda edição do Dossiê Censura EBC. O subtítulo "Inciso VIII" se refere ao artigo 2º da Lei nº 11.652, de criação da EBC, que descreve os princípios a serem seguidos pela empresa de comunicação pública: "VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão".

O documento destaca casos em que houve cerceamento à liberdade de imprensa na empresa, gerando entraves ao cumprimento do princípio básico da instituição, que é produzir conteúdos de comunicação pública, voltados para o interesse da sociedade e que "contribuam para o desenvolvimento da consciência crítica das pessoas", como consta na própria missão da EBC.

Para esta análise, foram consideradas pautas e matérias feitas entre janeiro de 2019 e julho de 2020. Ao todo, foram feitas 138 denúncias, o que representa cerca de dois casos de censura ou governismo por semana no período analisado. Lembrando que foram contabilizados apenas casos concretos denunciados e que o medo de perseguição leva muitos colegas a não fazerem o registro.

O levantamento foi feito por um grupo de trabalho composto por representantes da Comissão de Empregados da EBC e dos sindicatos dos Jornalistas e dos Radialistas que representam os funcionários nas três praças da empresa (Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro). Seguindo o padrão da primeira edição, publicada em agosto de 2018, o grupo lançou um formulário on-line para que colegas dos diversos veículos, agências e mídias da EBC enviassem informações sobre as censuras que sofreram, podendo anexar às mensagens capturas de tela e links que demonstrassem como as censuras foram aplicadas. Do mesmo modo, abriu-se canal para denúncias relativas a casos de governismo, problema que, como a censura, tem se agravado na empresa.

Os profissionais que fizeram as denúncias e os que se envolveram na elaboração do presente dossiê apresentam o resultado em defesa da comunicação pública e da verdadeira missão da EBC!

As editorias mais censuradas foram Política e Direitos Humanos, com supressão de coberturas como as repercussões do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes e violação dos direitos indígenas, interdição de usar como fonte para matérias entidades como Anistia Internacional e Human Rights Watch e proteção excessiva a ministros e ao próprio presidente da república, com edição de falas para minimizar a gravidade de declarações oficiais.

1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm

2. <https://emdefesadabc.wordpress.com/2018/08/28/trabalhadores-denunciam-mais-de-60-casos-de-censura-e-governismo-na-ebc/>

DESMONTE, INCERTEZA E PROSELITISMO

As resoluções administrativas e direcionamentos de linha editorial reforçam o flagrante desmantelamento da EBC desde 2016, o que segue em plena exacerbão em 2020. Meses antes de se iniciar o mandato do presidente Jair Bolsonaro, o grau de incerteza quanto ao futuro da empresa já crescia. Em outubro de 2018, o chefe do Executivo concedeu entrevista a um canal de TV aberta na qual afirmou que não pretendia manter a EBC funcionando.

O fechamento foi uma promessa de campanha. No inicio de maio de 2019, Bolsonaro voltou a afirmar, em outro programa, que havia decidido extinguir a empresa, acrescentando que a Secretaria de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, vinculada ao Ministério da Economia, já estudava a viabilidade da medida. Por si só, a instabilidade já tem sido motivo para o esmorecimento dos funcionários, que sentem seu trabalho desvalorizado.

A complementariedade entre os sistemas público, estatal e privado de radiodifusão é prevista na Constituição Federal. Entretanto, persiste na EBC, desde que foi criada em 2007, a tolerância para que o braço da comunicação pública fique, frequentemente, a serviço de interesses do governo federal, e não do cidadão como deve ser. Problema que se agravou muito após o impeachment de 2016. O grupo de trabalho oferece o dossiê como modo de instrumentalizar a sociedade civil, o quadro funcional da empresa e mesmo colegas de profissão que atuam em outros veículos, uma vez que a defesa da liberdade de imprensa e da democracia é do interesse de todos.

Um acontecimento que serviu de alerta sobre as investidas que ocorreriam sucessivamente contra a vocação pública da EBC foi a dissolução do Conselho Curador, colegiado que representava os interesses da sociedade na empresa e cobrava o cumprimento da lei. Formado por maioria de membros da sociedade civil, além de representantes do governo e dos funcionários e funcionárias da empresa, o órgão foi desfeito em uma canetada, como um dos primeiros atos de Michel Temer ao assumir a Presidência da República, com a Medida Provisória nº 744. Trata-se, portanto, de mais um fator que subjaz a intenção de desmonte e desvirtuamento do projeto original.

Após assumir o cargo, Bolsonaro promoveu uma reestruturação na EBC que consolidou as feições propagandísticas que os veículos do conglomerado vinham assumindo desde o impeachment de 2016, porém, de forma ainda mais acentuada.

Configura-se, portanto, um processo contínuo de derruimento da empresa, intensificado também pelo Plano de Demissão Voluntária (PDV), finalizado em dezembro de 2018, com 257 adesões.

Em abril de 2019, a direção da EBC promoveu a fusão da TV Brasil, emissora pública, com a TV NBR, de natureza estatal. A justificativa apresentada foi a de que iria conferir "uma nova plástica à TV Brasil", possibilitando que a programação contasse com "mais entretenimento, informação e acessibilidade". Materializava-se, assim, mais um estágio ilegal e inconstitucional que facilitaria a apropriação das emissoras para o proselitismo. A medida foi duramente criticada por diversas entidades, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), sindicatos de Jornalistas e Radialistas, FENAJ, Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, bem como o Conselho Curador Cassado.

Um ano depois, Bolsonaro usava a TV Brasil para transmitir uma conferência da qual participaram líderes políticos e religiosos cristãos, majoritariamente evangélicos, em que nenhuma diligência do governo foi divulgada, demonstrando-se um claro uso da emissora pública para fins políticos, religiosos e de promoção pessoal do presidente, o que é proibido na lei. O Ministério Público Federal chegou a ajuizar uma ação civil para reverter a decisão da unificação das emissoras, chamando a atenção para a demora de mais de três anos na constituição do Comitê Editorial e de Programação, criado pela Lei nº 13.417/17, legislação proveniente da conversão da MP 744.

No início de maio de 2019, a direção da empresa anunciou o fim da sucursal mantida em São Luís, Maranhão, praça tradicional que contribuiu para a formação da rede inicial da TV pública brasileira. Na ocasião, foi informada a manutenção da praça meramente para dar sequência às retransmissões da TV Brasil, sem o fornecimento de conteúdo regional preconizado na lei.

Paulatinamente, as ferramentas da dimensão estatal têm dominado o terreno da comunicação pública. Prova disso são os destaques na forma de manchetes na Agência Brasil e no telejornal Repórter Brasil de transmissões de entrevistas com ministros na Voz do Brasil, mesmo sem nenhum assunto importante em pauta.

3.<http://fndc.org.br/noticias/ebc-unifica-canais-publico-e-estatal-e-viola-constituicao-924894/> balhadores-denunciaram-mais-de-60-casos-de-censura-e-governismo-na-ebc/

TELEVISÃO

Outro reflexo que se sobressai no período deriva do vilipêndio de Bolsonaro em relação aos profissionais de imprensa. É possível se afiançar que tais agressões aos jornalistas no exercício da profissão alcançam a EBC, seja de maneira mais óbvia, com funcionários expostos diretamente aos ataques, incluindo os organizados por sua claque, seja por intermédio da instalação de uma atmosfera de animosidade e assédio moral que acaba provocando temor.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) monitorou os ataques de Bolsonaro à imprensa, contabilizando um total 116 ao longo de 2019, dos quais 105 foram tentativas de desacreditar o jornalismo e 11 foram ataques pessoais a jornalistas. No primeiro semestre deste ano, a soma chegou a 245. Esse tema foi mais um que não entrou na cobertura da EBC.

DENÚNCIAS

O presente dossiê recebeu um total de 138 denúncias de governismo e censura, no período entre janeiro de 2019 e julho de 2020. A Agência Brasil teve o maior número de casos, com 67. O rádio teve 55 denúncias, contabilizados aqui as Rádio MEC, Nacional e a Radioagência Nacional. A TV teve 13 denúncias. Além disso, foram contabilizados três casos aplicados a postagens de mídias sociais. Por praça, foram 61 denúncias em São Paulo, 53 em Brasília e 29 no Rio de Janeiro.

No que se refere à distribuição por editorias, temos o seguinte panorama de denúncias: 33 em Política, 32 em Direitos Humanos, 31 em Geral, 13 em Nacional e 12 em Saúde. Há também registro, em menor número nas editorias de Amazônia, Economia, Justiça, Cultura, Internacional, Meio Ambiente, Polícia, Esportes e Educação. Percebe-se, dessa maneira, que os temas mais sensíveis na cobertura da empresa são aqueles referentes às editorias de Política, Direitos Humanos e Geral.

No caso da TV, houve poucos denunciantes. Mas isso não indica que o governismo e a proibição de conteúdos sejam menores neste veículo. Ao contrário, já que muitas das denúncias se voltaram contra aspectos estruturais das coberturas. Há exemplos citados que mostram isso de forma clara: o silenciamento quase completo de episódios graves de violência policial, principalmente contra pessoas negras; vulnerabilidades históricas às quais estão sujeitas a população LGBTI+; e os problemas recentes da logística da concessão do auxílio emergencial durante a pandemia da Covid-19. As filas enormes na porta das agências da Caixa Econômica Federal, cenas recorrentes em qualquer veículo de comunicação nos primeiros meses da pandemia, não entraram na programação da TV Brasil. Além disso, como apontado nas denúncias, outros temas com críticas ao governo, como a concessão de crédito para pequenas empresas, também tiveram mínimo espaço no jornalismo da TV Brasil.

No que tange à violência policial, um dos principais relatórios que servem de parâmetro nacional foi reduzido a uma nota. Emblemática também foi a circunstância envolvendo outro documento bastante significativo, este de abrangência internacional, que endereçava críticas ao governo brasileiro quanto ao combate à corrupção. Quando entregou a matéria, a equipe ouviu da chefia que deveria apresentar "um texto mais construtivo".

A carga simbólica evocada pela vereadora Marielle Franco também incomodou. Foram necessários apenas cinco segundos de enquadramento em um desenho que a homenageava para fazer eclodir a aversão. A imagem integrava um programa especial sobre os 100 anos do nascimento de Jackson do Pandeiro e foi retirada da versão veiculada no canal do YouTube da emissora, duas semanas depois. O caso foi repercutido em diversos veículos da imprensa.

Ou seja, tais apontamentos das denúncias muitas vezes não versaram sobre um dia específico do jornal, uma censura específica, mas sim sobre censuras diversas, em diferentes dias, por vezes acumuladas.

4. <https://fenaj.org.br/presidente-bolsonaro-promove-245-ataques-contra-o-jornalismo-no-primeiro-semestre/>

5. <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/video-ebc-censurou-imagem-de-marielle-em-programa-da-tv-brasil-24013650,https://revistaforum.com.br/politica/censura-ebc-corta-imagem-de-marielle-franco-em-programa-e-demite-diretor/,https://www.brasildefato.com.br/2019/10/16/acoes-questionam-censura-a-imagem-de-marielle-franco-na-ebc>

Afinal, também verifica-se nas denúncias apresentadas sobre a TV que muitos assuntos sequer são pautados, como incompetências administrativas de ministérios chefiados por militares; desmatamento da Amazônia; negacionismo científico sobre a Covid-19 por parte do governo federal; ausência de cobertura humanizada, com histórias de perdas familiares relacionadas à pandemia; demandas de movimentos sociais ou violências verbais e até ameaças físicas contra jornalistas feitas pelo presidente da República.

Percebe-se que a censura e o governismo na TV são tão ostensivos que a questão é resolvida na origem, ou seja, na pauta. Um dos métodos utilizados é a diminuição de reuniões, antes diárias e com a participação de vários profissionais, para o sistema de pautas apenas repassadas aos repórteres e editores, a partir de decisões pouco debatidas, tomadas praticamente de forma exclusiva pelas chefias.

Outra peculiaridade da TV é que, a partir da fusão ilegal entre TV NBR e TV Brasil, o governismo passou a ocupar o jornal de forma "oficial", com uma equipe completa antes destinada para a produção estatal de notícias (TV NBR e Voz do Brasil) passando a produzir textos para o telejornal da pública TV Brasil. Desde a junção, um telejornal inteiro, na parte da manhã, chamado Brasil em Dia, é produzido pelos profissionais da NBR e da Voz do Brasil. E no telejornal noturno, Repórter Brasil, das 19h, cerca de metade do conteúdo é entregue pelos mesmos profissionais. Como se não bastasse isso, o tempo do Repórter Brasil foi diminuído, passando para apenas 30 minutos e, ainda mais grave, no mesmo horário que começa a Voz do Brasil, facilitando que entrevistas com ministros feitas no tradicional programa de rádio governamental passem a ser veiculadas ao vivo diretamente na TV Brasil, prática inédita na TV pública.

A área de programação da TV também foi alvo de censuras, conforme as denúncias enviadas. Houve relatos sobre os programas Caminhos da Reportagem, Alto Falante e, nada mais emblemático, o Sem Censura. No caso do Caminhos, um dos programas de telejornalismo mais premiados da TV brasileira, informações relacionadas ao avanço da Covid-19 em terras indígenas, tendo como fonte pesquisadores e lideranças da Amazônia, foram descartadas. Já no programa Alto Falante, o músico e escritor Arnaldo Antunes foi o alvo. Trechos de música dele com os termos "miliciano" e "terratenente" saíram da programação, fato que, inclusive, gerou repercussão midiática considerável à época.

No programa Sem Censura as denúncias apontaram para uma invisibilidade de falas de lideranças da sociedade civil, antes ouvidas com maior naturalidade. Atualmente, há objeção clara a, por exemplo, sindicalistas e lideranças como as dos recentes movimentos "Antifascistas" e de entregadores por aplicativos. Outros movimentos com posicionamentos contrários às reformas do governo federal, como a da previdência e a trabalhista, por exemplo, também são basicamente ignoradas pelo programa.

AGÊNCIA BRASIL

Entre os registros relativos à Agência Brasil, encontram-se diversos cortes nos textos, inclusive de falas de entrevistados, algo preocupante tendo em vista que manter uma relação de confiança com as fontes é fundamental para o bom jornalismo. Suprimir a fala de alguém pode ser razão para que a pessoa não conceda mais entrevista ao veículo, além de comprometer a qualidade da informação.

Os vetos atingiram todas as editorias, com exceção de esportes, criada somente em setembro de 2019, e internacional, na qual não há repórteres da casa e em que se replicam, com frequência, conteúdos produzidos por agências internacionais. Com as censuras, gerou-se forte prejuízo a uma das principais funções sociais do jornalismo, que é a de se documentar algo que possa ser aproveitado como inscrição histórica. Pode-se mencionar, por exemplo, a caracterização de atos de apoiadores de Bolsonaro e da ditadura militar, onde os termos "ditadura" e "golpe" foram frequentemente trocados, na edição das matérias, por "regime" e "governo".

Nas manifestações de rua pró-governo e antifascistas, houve variadas menções nas denúncias sobre a tratativa diferenciada da polícia militar, mais violenta com os antifascistas, que não entraram nos textos.

6. <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/tv-brasil-censura-clipe-de-arnaldo-antunes-que-cita-milicianos/>, <https://revistaforum.com.br/midia/tv-brasil-censura-clipe-de-arnaldo-antunes-sobre-milicianos-e-proibe-mencao-a-marielle/>, <https://gente.ig.com.br/tvenovela/2019-12-09/tv-brasil-gera-polemica-ao-censurar-musica-de-arnaldo-antunes.html>, <https://midianinja.org/news/tv-brasil-tira-da-programacao-musica-de-arnaldo-antunes-sobre-milicianos-e-proibe-mencao-a-marielle/>, <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/tv-brasil-censura-clipe-de-arnaldo-antunes-sobre-milicianos>

A missão da EBC inclui a proteção e promoção dos Direitos Humanos, mas também houve denúncias de supressão de conteúdos envolvendo violência policial praticada em diferentes estados do país; o não detalhamento das investigações do caso Marielle Franco e Anderson Gomes; pautas LGBTQI+; temáticas indígenas e quilombolas, de movimentos sociais, e até das diferentes formas de violência contra a imprensa praticadas por Jair Bolsonaro. Além da censura, o governismo se revelava em reportagens que citaram a ministra Damares Alves e o ministro Abraham Weintraub, com edições de texto excessivamente protecionistas às falas preconceituosas e discriminatórias desses ministros. A visão dos sindicatos, em defesa de diferentes categorias, também foi eliminada dos textos com frequência.

Houve, ainda, casos de matérias demandadas pelas chefias que acabaram não sendo veiculadas, sob a justificativa de que "não tinham o teor esperado". Algumas denúncias apontam pelo mesmo excesso de governismo, sem se fazer a crítica devida a ministros como Sérgio Moro, Paulo Guedes e Nelson Teich. Na temática da saúde, por exemplo, em relação à pandemia da Covid-19, diversas denúncias citaram uma clara supressão das críticas científicas feitas ao tratamento precoce pelo remédio hidroxicloroquina, defendido abertamente pelo presidente da República. Outras denúncias deram conta de censuras a especialistas críticos ao governo no enfrentamento à pandemia, mesmo que o lado do governo estivesse garantido nos textos. Nesse aspecto, diferentes publicações científicas de instituições brasileiras foram desconsideradas, assim como o posicionamento de figuras importantes da própria República, como os presidentes da Câmara, do Senado e do STF.

Além disso, leads construídos com base em um tom de reprovação ao governo foram esvaziados pela edição, assumindo o estado de um "não lead", isto é, deixaram de apresentar ao leitor um fato verdadeiramente relevante.

Segundo as denúncias, a censura foi imposta em contextos bastante específicos, que assinalam o tanto que a Agência Brasil tem estado fechada para recortes que apontem piora em indicadores sociais do país e para entidades declaradamente divergentes do governo federal, como a Anistia Internacional, o Instituto Socioambiental (ISA), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Human Rights Watch, que, preocupadas com a funesta direção para a qual rumava o Brasil, com a vitória de Bolsonaro, acompanham de forma crítica, desde o início, sua atuação.

Até mesmo referências ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) foram descartadas. A pauta sócio-ambiental e de cidadania, nesse aspecto, sofreu cortes diferenciados, desde o desmatamento da Amazônia até o impacto nas comunidades indígenas.

Repórteres também relataram sugestões de pautas na área de cultura que foram ignoradas, não sendo permitido que fizessem a matéria. Houve casos até de censura explícita a determinados artistas críticos ao governo federal. Ainda segundo as denúncias, parcela significativa das matérias propostas pelos repórteres nem sequer foi veiculada ou teve o lead transformado em pé de matéria. Foram apagados até mesmo trechos que recuperavam declarações de autoridades governamentais amplamente noticiadas, muitas delas vistas nos próprios veículos da EBC.

Ainda em relação à censura, há uma última particularidade nas denúncias: uma mesma informação é considerada publicável por certos editores e passível de censura por outros. Isso revela inconsistência na linha editorial, já que cada um adota seu critério próprio e promove a censura, muitas vezes, sem a pressão da direção da empresa ou superiores, como se pressupõe que ocorra. Um relato comum entre repórteres foi o de que as chefias não deram nenhum retorno sobre os cortes ou a derrubada de matérias, quando questionadas.

RÁDIO

No rádio, repetiu-se o padrão de obstáculos para se fazer jornalismo. Como nos demais veículos, assuntos que tiveram repercussão nacional deixaram de ser dados, como as manifestações antifascistas, desdobramentos do assassinato da vereadora Marielle Franco e do desmatamento na Amazônia.

Outro episódio censurado foi o atinente aos artigos da Fundação Cultural Palmares que menosprezaram a figura de Zumbi dos Palmares e a legitimidade da luta articulada pelo movimento negro. Em mais um gesto de revisionismo histórico, como em relação à ditadura, a própria instituição que deveria zelar pela memória do líder, empreendeu esforços para encobrir a verdade.

A tentativa de revisionismo chegou a uma dimensão dramática no radiojornalismo da EBC. Em uma matéria já gravada, o termo "ditadura" foi substituído por "regime militar" depois da primeira edição finalizada. Ocorreu a manipulação da gravação pronta, encaixando uma fala antiga do repórter, em que dizia "regime militar", sem o seu consentimento, gerando, além do desnível no áudio, erro de concordância no texto.

Ao contestar a adulteração, o repórter foi informado de que a ordem para não usar a expressão "ditadura" vinha da diretoria. Em outro caso, a recusa da repórter quanto a veicular a versão que continha "regime militar", em vez de "ditadura", gerou resultado e foi colocada no ar a versão não revisionista.

A censura se manifesta também na forma de deslocamento do responsável por determinadas coberturas. Na Agência Brasil, a vigilância das chefias é redobrada, quando se tratam de pautas consideradas "sensíveis", e se materializa, por vezes, em edições feitas a quatro mãos. Embora uma repórter tenha sido repreendida pela chefia, após ter feito perguntas ao ex-ministro Osmar Terra, sobre a Fundação Nacional de Artes (Funarte) e a Agência Nacional do Cinema (Ancine), no rádio o constrangimento imposto a um repórter foi ainda mais severo. Um profissional foi retirado de cobertura do Ministério da Saúde, para a qual era escalado já fazia algum tempo, com a desculpa de que deveria tocar outra pauta mais importante, explicação que mudou, em seguida, para a suposta necessidade de se variar o repórter que produzia matérias sobre o assunto.

Na rede de rádios, a censura recaiu, ainda, sobre a editoria de política. Mesmo com todos os estremecimentos gerados por Bolsonaro, que se indispôs com ministros do Supremo Tribunal Federal e presidentes das casas do Congresso Nacional, explorar tal campo não foi uma prioridade para as chefias do rádio. Opiniões contrárias ao governo, incluindo as relacionadas à condução da crise sanitária, não entraram no noticiário.

Os relatos demonstram que as chefias do rádio foram igualmente evasivas, quando confrontadas sobre o porquê de as matérias não terem sido produzidas como deveriam.

As evitações são reconhecíveis em falas como "a matéria deveria ser sóbria, objetiva e focada em serviços", o que significa que não dão margem a nada que seja mais contextualizado ou pormenorizado e privilegiam apenas o que é acrítico; "são muitos detalhes e, no rádio, não precisa"; "fica melhor assim"; "não era o enfoque"; "o público não vai entender a referência"; "a informação está solta"; e "não é algo interessante".

O artifício usado por chefias para bloquear pautas sugeridas pelos repórteres é equivalente ao observado em outros veículos. Uma repórter pediu para cobrir o ato realizado em 1º de maio, que este ano reuniu de forma virtual figuras que há mais de 30 anos não dividiam o mesmo palanque, como os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, e não teve autorização.

Em raras exceções, reconheceu-se, mais escancaradamente, os motivos da censura. Houve respostas das chefias como "o assunto era sensível e poderia causar um desconforto com o Palácio do Planalto e o presidente Jair Bolsonaro" e "pode dar problemas" ou desencadear "polêmicas", também no sentido de desagrurar ao governo federal.

MÍDIAS SOCIAIS

Entre a equipe que alimenta as mídias sociais da EBC, os mesmos apelos à alegada neutralidade foram reiterados pelas chefias. Superiores disseram que as redes da EBC na internet são "muito visadas" e que "devemos ser o mais neutros possíveis e não dar destaque para matérias, nem de um lado, nem do outro".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmamos aqui o inciso VIII do Art. 2º da Lei nº 11.652 e defendemos uma verdadeira autonomia da EBC em relação ao Governo Federal, para que possa definir a produção, programação e a distribuição de conteúdos no sistema público de radiodifusão e agências de notícias. Destacamos também o inciso III do Art. 3º, que define os objetivos da empresa: "fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação".

É com base na lei, portanto, que apresentamos o presente dossier, de forma a evidenciar publicamente princípios e objetivos legais que estão sendo violados pela EBC. Como organizações interna, caso da Comissão de Empregados, e externas à EBC, os sindicatos que representam os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, cumprimos com esse documento o papel de participação e controle social extirpado da EBC abruptamente com a extinção do Conselho Curador, órgão que representava a sociedade dentro da estrutura da empresa.

Apesar da insegurança que permanece quanto à própria manutenção da EBC, com um novo Ministério das Comunicações movido pelo privatismo e com relações muito próximas ao setor privado, denunciar a censura na empresa é uma forma de manter viva a defesa do projeto de Comunicação Pública no Brasil, com verdadeira autonomia editorial e capacidade de responder ao que a sociedade espera do serviço sustentado por ela e que deve suprir o direito básico à informação isenta e de credibilidade.